



## DECRETO Nº 10.350

Regulamenta a aplicação das multas previstas na Lei nº 7109 de 03-07-92, que proíbe o funcionamento do comércio em domingos e feriados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 7109, de 03 de julho de 1992,

## D E C R E T A :

Art. 1º - O estabelecimento comercial localizado no Município de Porto Alegre, que descumprir a proibição prevista na Lei nº 7109, de 03-07-92, além do encerramento de suas atividades naqueles dias, será passível da aplicação das seguintes sanções:

I - multa de 100 URM's, por pessoa que trabalhe no estabelecimento, até o limite de 1.000 URM's;

II - suspensão ou cassação do Alvará de Localização.

Art. 2º - As multas serão aplicadas pelo Titular da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, em valor proporcional ao número de pessoas que estiverem trabalhando.

Art. 3º - A suspensão, que poderá ser imposta cumulativamente com a multa cabível será determinada no caso de reincidência, não podendo ser por tempo superior a 15 dias.

Parágrafo único - No caso de reincidência, verificada em estabelecimento já punido com a pena de suspensão, será cassado o respectivo Alvará de Localização.

Art. 4º - Para atendimento das exceções determinadas pela Lei, deverá ser observado:

§ 1º - Quando o estabelecimento estiver amparado pelo inciso II, do § único do art. 1º da Lei nº 7109 deverá demonstrar, quando solicitado, o contrato social e documentos de identidade que atestem as condicionantes impostas.

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	PUL	PUL	RUBRICA
FONTE	DATA	PAG	FONTE	DATA	PAG				
						12146.92.9			



.....

2

§ 2º - Quando amparados pelo inciso III, do § único do art. 1º da Lei nº 7109 deverá haver comunicação à SMIC, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, via ofício, da data de abertura do comércio.

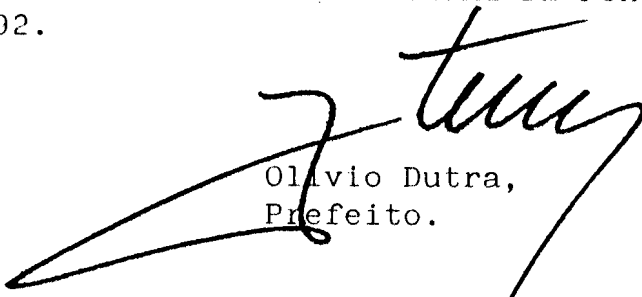
§ 3º - A não observância destas determinações implica nas sanções e procedimentos ditados pelo art. 1º deste Decreto.

Art. 5º - O procedimento administrativo para cumprimento das disposições deste Decreto será o previsto na Lei Complementar nº 12/75, no que couber.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

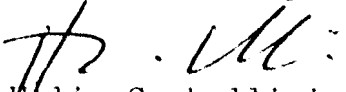
Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 21 de julho de 1992.

  
Olívio Dutra,  
Prefeito.

José Luiz Vianna Moraes,  
Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

Registre-se e publique-se.

  
Helio Corbellini,  
Secretário do Governo Municipal.

/RGC